



INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL  
 Casa Berquó - Rua Visconde de Itaparica, nº 08, - Bairro Barroquinha - Centro, Salvador/BA, CEP 40024-080  
 Telefone: (71) 3321-0133 e Fax: @fax\_unidade@ - http://www.iphan.gov.br

### CONTRATO Nº 02/2018. APOIO ADMINISTRATIVO, COPEIRAGEM E MOTORISTA

Processo nº 01502.900147/2017-60

Unidade Gestora: [343007 - IPHAN/BA]

**CONTRATO Nº 02/2018 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO E APOIO OPERACIONAL, CONTEMPLANDO POSTOS DE APOIO ADMINISTRATIVO, COPEIRAGEM E MOTORISTA, QUE ENTRE SI CELEBRAM O IPHAN, ATRAVÉS DA SUPERINTENDÊNCIA NA BAHIA E A EMPRESA E. R. P. DE OLIVEIRA, NA FORMA ABAIXO:**

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional na Bahia- **IPHAN**, através da sua Superintendência na Bahia, inscrita no CNPJ sob o n.º 26.474.056/0008-48, neste ato denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e representado por seu Superintendente, o senhor Bruno Cesar Sampaio Tavares, brasileiro, CPF n.º 804.594.545-72, portador da Carteira de Identidade n.º 845184130, expedida pelo SSP/BA, no uso de sua competência que lhe foi delegada pela Portaria n.º 395, de 12 de Julho de 2016, publicada no Diário Oficial de 14 de Julho de 2016, e a empresa **E R P DE OLIVEIRA & CIA LTDA**, doravante denominada apenas **CONTRATADA**, inscrita no CNPJ sob o n.º 10.927.661/0001-10, Nome fantasia: Servkollor Serviços W A P, com sede à Rua Santos Dumont, nº 1709, Pedrinhas, Porto Velho - Rondônia, CEP: 76.801-462, telefone (69) 3043-0018/0017, correio eletrônico: wapdeoliveira@hotmail.com, devidamente representada por sua representante legal, a senhora Ellen Rubia Pereira de Oliveira, portador da Carteira de Identidade n.º 4537531 - SSP/GO e CPF n.º 751.613.702-20, residente e domiciliado à Estrada do Santo Antônio, nº 4353, Ap 403, residencial Veredas do Madeira, Triângulo, Porto Velho-RO, CEP: 76805-696, autorizado a firmar este Contrato Administrativo, em regime de execução indireta, de acordo com o Processo nº 01502.900147/2017-60, doravante denominado "processo", referente ao PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2018, resolvem firmar o presente CONTRATO, em observância às disposições contidas na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, do Decreto 2.271, de 7 de julho de 1997, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012 das Instruções Normativas SEGES/MPDG nº 5, de 26 de maio de 2017, nº 01, de 19 de janeiro de 2010 e nº 02, de 11 de outubro de 2010, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei Complementar nº 147, de agosto de 2014, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, Portaria MP nº 409, de 21 de dezembro de 2016, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências contidas no Edital, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

**Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de apoio administrativo e apoio operacional, contemplando postos de Apoio Administrativo, Copeiragem e Motorista**, a ser prestado por pessoa jurídica, para atender as necessidades da Superintendência do IPHAN na Bahia, pelo prazo de 12 (doze) meses, sendo um efetivo total de 21 (vinte e um) postos de serviços, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste instrumento.

GRUPO 1							
Nº do item	Descrição do Posto	Local da Prestação Serviço	Quantidade total	VALOR			
				MENSAL:		ANUAL:	
				POR POSTO	TOTAL	POR POSTO	TOTAL
1	Assistente Administrativo Financeiro III	Salvador/Ba - Sede do IPHAN	8	R\$ 5.137,43	<b>R\$ 41.099,41</b>	R\$ 61.649,12	<b>R\$ 493.192,96</b>
2	Assistente Operacional Administrativo II	Salvador/Ba - Sede do IPHAN	1	R\$ 7.727,26	<b>R\$ 7.727,26</b>	R\$ 92.727,08	<b>R\$ 92.727,08</b>
3	Agente de Apoio e Serviços	Salvador/Ba - Sede do IPHAN	1	R\$ 2.734,04	<b>R\$ 2.734,04</b>	R\$ 32.808,44	<b>R\$ 32.808,44</b>
4	Assistente Operacional	Salvador/Ba - Sede do IPHAN	1	R\$ 6.361,55	<b>R\$ 6.361,55</b>	R\$ 76.338,56	<b>R\$ 76.338,56</b>

5	Assistente Operacional	Porto Seguro/BA - Escritório Técnico	1	R\$ 6.361,55	<b>R\$ 6.361,55</b>	R\$ 76.338,56	<b>R\$ 76.338,56</b>
6	Copeira	Salvador/Ba - Sede do IPHAN	1	R\$ 2.691,69	<b>R\$ 2.691,69</b>	R\$ 32.300,24	<b>R\$ 32.300,24</b>
7	Motorista - carro leve	Salvador/Ba - Sede do IPHAN	4	R\$ 3.721,49	<b>R\$ 14.885,95</b>	R\$ 44.657,84	<b>R\$ 178.631,36</b>
8	Motorista - carro leve	Cachoeira/Ba - Escritório Técnico	1	R\$ 3.721,51	<b>R\$ 3.721,51</b>	R\$ 44.658,08	<b>R\$ 44.658,08</b>
9	Motorista - carro leve	Lençóis/Ba - Escritório Técnico	1	R\$ 3.721,51	<b>R\$ 3.721,51</b>	R\$ 44.658,08	<b>R\$ 44.658,08</b>
10	Motorista - carro leve	Rio de Contas/Ba - Escritório Técnico	1	R\$ 3.721,51	<b>R\$ 3.721,51</b>	R\$ 44.658,08	<b>R\$ 44.658,08</b>
11	Motorista - carro leve	Porto Seguro/BA - Escritório Técnico	1	R\$ 3.721,59	<b>R\$ 3.721,59</b>	R\$ 44.659,04	<b>R\$ 44.659,04</b>
Total:			<b>21</b>	-	<b>R\$ 96.747,54</b>	-	<b>R\$ 1.160.970,48</b>

1.2 Esta contratação está formada por 1 (um) grupo contendo 11 (onze) itens, com o critério de julgamento de MENOR VALOR GLOBAL PARA O GRUPO 1 (VALOR GLOBAL ANUAL).

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL**

Este contrato é celebrado com base na Modalidade Pregão, na forma Eletrônica, regido pela Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto n.º 3.555 de 08 de agosto de 2000, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, Decreto 5.450/2005, Decreto 7.892/2013 e demais normas legais pertinentes à espécie e suas alterações posteriores.

## **CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR DO CONTRATO**

A CONTRATADA executará os serviços, objeto deste contrato, considerando o valor mensal de **R\$ 96.747,54** (noventa e seis mil, setecentos e quarenta e sete reais e cinquenta e quatro centavos) e o **valor anual de R\$ 1.160.970,48** (um milhão, cento e sessenta mil, novecentos e setenta reais e quarenta e oito centavos), estando neles incluídas todas as despesas necessárias à sua perfeita execução.

## **CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA CONTRATUAL**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - O prazo de vigência deste contrato é de 12 (doze) meses, contados de **04/02/2018** (quatro de fevereiro de dois mil e dezoito) a **03/02/2019** (três de fevereiro de dois mil e dezoito).

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - O referido contrato poderá ser prorrogado, por períodos de 12 (doze) meses, respeitando o limite de 60 (sessenta) meses, consoante os termos do disposto no Art. 57, Inciso II, da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores;

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - A duração do contrato ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, podendo, quando for o caso, ser prorrogado até o limite previsto no ato convocatório, observado o disposto no Art. 57 da Lei n.º 8.666/93;

**PARÁGRAFO QUARTO** - A contratada deverá iniciar a prestação dos serviços imediatamente após a assinatura do contrato.

## **CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos e condições estabelecidas no contrato, bem como prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Solicitar à Contratada todas as providências necessárias ao bom andamento dos serviços;

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Observar para que, durante a vigência do Contrato, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como a sua compatibilidade com as obrigações assumidas;

**PARÁGRAFO QUARTO** - Permitir acesso do funcionários da CONTRATADA às dependências do IPHAN, respeitando as normas de segurança vigentes e nos limites de sua atuação.

**PARÁGRAFO QUINTO** - Informar à CONTRATADA as normas e procedimentos de acesso às instalações e suas eventuais alterações.

**PARÁGRAFO SEXTO** - Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelos profissionais da CONTRATADA ou seu preposto.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** - Efetuar os pagamentos dos serviços prestados nas condições, prazos e preços pactuados no contrato;

**PARÁGRAFO OITAVO** - Acompanhar e fiscalizar a perfeita execução do contrato através de um fiscal devidamente designado, cabendo a este registrar todas as ocorrências relacionadas com a execução contratual, registrando as falhas detectadas e as medidas corretivas necessárias, determinando o que for necessário à regularização das falhas, faltas ou impropriedades observadas e, quando necessário, solicitar à Administração, em tempo hábil, decisões e providências que ultrapassem sua competência e, além disso, após conferir se os serviços foram fielmente executados, atestar os documentos fiscais pertinentes, quando comprovada a execução fiel e correta dos serviços, podendo, ainda, sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer qualquer procedimento que não esteja de acordo com os termos contratuais.

**PARÁGRAFO NONO** - Acompanhar o sistema de controle utilizado pela contratada, onde deverão ser registradas todas as ocorrências e observações, devendo o mesmo ser assinado por profissional da CONTRATADA e por servidor designado pela Contratante;

**PARÁGRAFO DÉCIMO** - Indicar as localizações dos postos de serviço, observando o limite fixado no Edital e seus Anexos e no Contrato;

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO** - Notificar a CONTRATADA quanto a defeitos ou irregularidades verificados na execução dos serviços, bem como quanto a qualquer ocorrência relativa ao comportamento de seus funcionários quando em atendimento, que venha a ser considerado prejudicial ou inconveniente para o IPHAN.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO** - Disponibilizar o ambiente de trabalho e todos os recursos necessários para a execução dos serviços nos locais especificados neste contrato, salvo os recursos sob responsabilidade da CONTRATADA.

**PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO** - Exigir, após ter advertido a empresa contratada por escrito, o imediato afastamento de qualquer empregado ou preposto da mesma, que não mereça a sua confiança ou embarace a fiscalização, ou, ainda, que se conduza de modo inconveniente ou incompatível com o exercício das funções que lhe forem atribuídas;

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO** - Exercer a fiscalização dos serviços por servidores especialmente designados para esse fim, na forma prevista na Lei nº 8.666/93, procedendo ao atesto das respectivas faturas, com as ressalvas e/ou glosas que se fizerem necessárias;

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO** - Comunicar tempestivamente à CONTRATADA as possíveis irregularidades detectadas na execução dos serviços.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO** – Solicitar a CONTRATADA a substituição imediata do profissional que seja considerado inadequado para o exercício da função.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO** - Homologar os serviços prestados de acordo com os requisitos pré-estabelecidos na licitação, atestando as respectivas faturas.

**PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO** - Especificar e estabelecer normas e diretrizes para a execução dos serviços ora contratados, definindo as prioridades, regras, bem com os prazos e etapas para cumprimento das obrigações.

**PARÁGRAFO DÉCIMO NONO** - Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, na forma convencionada, dentro do prazo previsto, desde que atendidas às formalidades necessárias, após a aceitação dos serviços faturados.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO** - Verificar a regularidade da situação fiscal e dos recolhimentos sociais trabalhistas da CONTRATADA, conforme determina a Lei, antes de efetuar o pagamento devido.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO PRIMEIRO** - Exigir, mensalmente, os documentos comprobatórios do pagamento de pessoal, inclusive, recibos com a assinatura do respectivo funcionário, do recolhimento dos encargos sociais, em especial o INSS e FGTS, e outros que se fizerem necessários;

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEGUNDO** - Notificar por escrito à CONTRATADA sobre a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazos para sua correção.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO TERCEIRO** - Responsabilizar-se pela comunicação, em tempo hábil, dos serviços a serem executados;

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO QUARTO** - Comunicar, prontamente, à prestadora de serviços toda e qualquer anormalidade verificada nos serviços executados pelos funcionários.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO QUINTO** - Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as respectivas especificações.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEXTO** - Aplicar as devidas sanções administrativas à CONTRATADA em caso de descumprimento contratual, conforme previsão legal.

## **CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Efetuar o pagamento dos funcionários até o 5º (quinto) dia útil de cada mês subsequente ao vencido, independente de qualquer caso fortuito.

a) É vedado vincular o pagamento dos salários e demais vantagens de seus empregados aos pagamentos das faturas efetuados pela CONTRATANTE.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Efetuar o pagamento de vale alimentação e vale transporte dos funcionários no 1º (primeiro) dia útil de cada mês ao da prestação do serviço.

a) O auxílio alimentação deverá ser integral, sem nenhum desconto para o empregado;

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Oferecer aos seus empregados, a partir do 1º mês da assinatura do contrato, assistência médica e assistência odontológica sem desconto de qualquer natureza e conforme dispõem as Cláusula Décima Primeira e Décima Segunda, da Convenção Coletiva de Trabalho da categoria supracitada vigente, respectivamente;

**PARÁGRAFO QUARTO** - Fornecer aos seus funcionários que prestarem serviços ao IPHAN assistência média hospitalar e assistência odontológica durante toda a vigência contratual.

**PARÁGRAFO QUINTO** - Realizar, às suas expensas, na forma da legislação pertinente, tanto na admissão como durante a vigência do contrato de trabalho, os exames médicos de seus empregados, exigidos por força da Lei nº 6514, art. 168, de 22 de dezembro de 1977, Norma Regulamentar nº 07/MTE.

**PARÁGRAFO SEXTO** - Manter um preposto com poderes de representação perante ao IPHAN/BA, devendo este, quando convocado, respeitado o horário de expediente, se apresentar na sede do órgão para tratar de assuntos referentes ao contrato. A referida preposição não implica em exclusividade, podendo ser exercida por mais de uma pessoa desde que esteja devidamente credenciado para tal, no entanto este preposto não poderá, sob nenhuma hipótese, atuar em outra função descrita nesta licitação, tendo em vista a segregação de funções e responsabilidades.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** - O preposto indicado pela contratada deverá:

- I) Acompanhar e gerenciar a execução dos serviços prestados, com poderes de representante legal para tratar de todos os assuntos relacionados ao contrato sem ônus adicional para o IPHAN.**
- II) Assegurar que as políticas, normas e procedimentos do IPHAN sejam respeitados e acatados pelos profissionais da CONTRATADA;**
- III) Alocar os profissionais necessários para atendimento dos serviços tempestivamente, para fins de cumprimento dos níveis de serviço acordados, além do atendimento dos padrões de qualidade previamente estabelecidos.**
- IV) Alocar profissional treinado e qualificado para substituir profissional ausente, por motivação previsível ou imprevisível.**
- V) Informar ao Gestor do contrato (servidor do IPHAN) eventuais problemas que possam impedir o bom andamento dos serviços.**
- VI) Elaborar documentos referentes ao andamento da execução dos serviços.**
- VII) Exercer o controle sobre assiduidade e a pontualidade de seus empregados e apresentar relatórios mensais de frequência, descontando as faltas, licenças de qualquer natureza e os atrasos por ocasião da elaboração da fatura. O relatório mensal de frequência deverá conter a unidade administrativa do IPHAN, onde o prestador de serviço exerce suas atividades.**
- IX) Administrar todo e qualquer assunto relativo aos profissionais alocados à execução dos serviços.**

**PARÁGRAFO OITAVO** - Prever e prover o pessoal necessário para garantir a execução sem interrupção dos serviços contratados, ou seja, por razões de férias, descanso, licenças, dentre outros.

**PARÁGRAFO NONO** - Garantir a continuidade dos serviços em caso de ausência por motivo previsível ou imprevisível de funcionário contratado, devendo a CONTRATADA dispor de pessoal para efetuar a pronta substituição de funcionários responsáveis pelas atividades descritas neste termo de referência.

**PARÁGRAFO DÉCIMO** - Executar os serviços conforme pactuados.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO** - Prover condições que possibilitem o atendimento dos serviços a partir da data da assinatura do Contrato.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO** - Apresentar à contratante a relação dos empregados credenciados a prestarem serviços ao IPHAN/BA, bem como as comprovações individuais de antecedentes civis e criminais, devendo promover, de imediato, a substituição daqueles que, a critério da Administração, venham a demonstrar conduta nociva ou incapacidade profissional.

**PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO** - Comunicar à contratante, por escrito, quando verificar condições inadequadas para a prestação dos serviços, bem como a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita execução deste Contrato

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO** - Utilizar somente profissionais devidamente qualificados e habilitados para exercer os serviços objeto desta licitação e do contrato, submetendo à aprovação do contratante os funcionários destacados para prestarem os serviços;

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO** - Cumprir as normas e regulamentos internos do CONTRATANTE;

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO** - Não permitir que seus funcionários executem quaisquer outras atividades durante o horário em que estiver prestando o serviço.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO** - Manter obediência ao horário de trabalho estabelecido pelo contratante, em conformidade com as leis trabalhistas;

**PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO** - Substituir sempre que exigido pelo contratante e independentemente de justificação por parte deste, qualquer empregado cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina do contratante ou ao interesse do serviço público;

**PARÁGRAFO DÉCIMO NONO** - Independentemente de qualquer superveniência, manter a quantidade de pessoal, conforme discriminado no Termo de Referência, solucionando, imediatamente, os problemas de faltas, atrasos, dispensas médicas e outros.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO** - Coordenar e supervisionar a qualidade dos serviços prestados pelos profissionais alocados no local de prestação do serviço determinado pela CONTRATANTE.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO PRIMEIRO** - Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do CONTRATANTE ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto do contrato devendo orientar seus empregados nesse sentido;

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEGUNDO** - Fornecer a seus funcionários todos os UNIFORMES e crachás conforme quantitativos e descrições especificadas no Termo de Referência (anexo do Edital), antes do início das atividades, sendo necessária a comprovação de entrega ao fiscal do contrato, sendo necessário também:

- Manter seus funcionários devidamente uniformizados, orientando-os sobre o correto uso dos uniformes, bem como informados das normas disciplinares do IPHAN, bem como das normas de utilização e de segurança das instalações e do manuseio dos documentos.
- Garantir que o crachá de identificação de seus funcionários seja de uso obrigatório quando em serviço.
- Os uniformes deverão ser renovados sempre que a boa apresentação ou sua perfeita condição de funcionamento esteja comprometida;
- Todos os uniformes deverão ter qualidade suficiente para durar um semestre sem desbotamento das cores e sem perda da integridade dos tecidos desde que utilizados adequadamente pelos usuários, e deverão ser repostos pela empresa antes dos prazos previstos nos casos de deterioração ou deformação precoce e sempre que afetem a imagem dos funcionários.
- Todos os uniformes deverão ser previamente aprovados pela Administração antes da sua confecção.
- Para a garantia da qualidade e da padronização, a empresa deverá providenciar e entregar todos os materiais aos funcionários e não deverá haver repasse em espécie.
- A contratada deverá entregar em um único lote todas as peças previstas para cada período por pessoa.
- A partir da determinação da cor predominante dos uniformes fornecidos, esta deverá ser a mesma em todos os uniformes entregues durante a vigência do contrato, exceto quando a CONTRATADA e o IPHAN acordarem a substituição da cor.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO TERCEIRO** - Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar à CONTRATANTE e/ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus empregados, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO QUARTO** - Acatar as exigências dos poderes públicos e pagar, às suas expensas, as multas que lhe sejam impostas pelas autoridades.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO QUINTO** - Responsabilizar-se por todos os encargos e ônus no que se referem aos seus empregados, tais como: salários, encargos sociais, acidentes, auxílio-transporte, auxílio-alimentação, assistência médica e odontológica, impostos e demais obrigações trabalhistas e decorrentes da Convenção Coletiva/Dissídio Coletivo da Categoria vigente – SINDILIMP/SEAC/BA, isentando o CONTRATANTE de qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária;

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEXTO** - Atender todas as disposições da Convenção Coletiva/Dissídio Coletivo da Categoria vigente –SINDILIMP/SEAC/BA vigente.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO SÉTIMO** - Fiscalizar e orientar seus funcionários sobre o necessário cuidado com detalhes de higiene pessoal (barba, cabelos, unhas, etc.);

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO OITAVO** - Submeter-se à fiscalização do CONTRATANTE que, por intermédio do gestor do contrato, acompanhará a execução dos serviços, orientando, fiscalizando e intervindo no seu exclusivo interesse, a fim de garantir o exato cumprimento das condições pactuadas, comunicando ao CONTRATANTE quaisquer irregularidades detectadas durante a execução dos serviços;

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO NONO** - Responsabilizar-se pelo transporte do seu pessoal até as dependências do CONTRATANTE, e vice-versa, por meios próprios ou mediante vale-transporte, inclusive em casos de paralisação dos transportes coletivos, bem como nas situações onde se faça necessária a execução de serviços em regime extraordinário;

**PARÁGRAFO TRIGÉSIMO** - Ministrará cursos de aperfeiçoamento, reciclagem e relações interpessoais, nos termos da legislação vigente;

**PARÁGRAFO TRIGÉSIMO PRIMEIRO** - Apresentar ao CONTRATANTE, a partir do segundo mês de vigência do Contrato, cópias das folhas de pagamento e dos contracheques e fornecer os comprovantes de recolhimento dos encargos sociais do mês anterior, sem os quais não serão liberados os valores correspondentes ao preço mensal dos serviços;

**PARÁGRAFO TRIGÉSIMO SEGUNDO** - Comprovar a escolaridade exigida da mão-de-obra oferecida, através de Certificado, expedido por instituições devidamente habilitadas e reconhecidas pelo MEC;

**PARÁGRAFO TRIGÉSIMO TERCEIRO** - Instruir a mão-de-obra quanto às necessidades de acatar as orientações do servidor designado pelo CONTRATANTE, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho;

**PARÁGRAFO TRIGÉSIMO QUARTO** - Responsabilizar-se por quaisquer danos que porventura vierem a ocorrer em prejuízo do patrimônio do CONTRATANTE, ou de terceiros, por ação ou omissão de seus prepostos e/ou empregados, adotando, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, as providências que forem indicadas para ressarcimento dos prejuízos;

**PARÁGRAFO TRIGÉSIMO QUINTO** - Aceitar acréscimos ou supressões dos postos, bem como do contingente de profissionais, observando o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;

**PARÁGRAFO TRIGÉSIMO SEXTO** - Manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas.

**PARÁGRAFO TRIGÉSIMO SÉTIMO** - Descontar das faturas as faltas, atrasos superiores a uma hora, interrupções de jornada, caso ocorram, independentemente das penalidades cabíveis.

**PARÁGRAFO TRIGÉSIMO OITAVO** - Implantar, imediatamente após o recebimento da autorização de início dos serviços, mão-de-obra no respectivo Posto.

**PARÁGRAFO TRIGÉSIMO NONO** - Recrutar em seu nome e sob sua responsabilidade, os empregados necessários à perfeita execução dos serviços, cabendo-lhe todos os pagamentos, inclusive dos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e fiscais previstos na legislação vigente e de quaisquer outros, em decorrência de sua condição de empregadora, sem qualquer ônus adicional para o contratante;

**PARÁGRAFO QUADRAGÉSIMO** - Submeter à CONTRATANTE a relação nominal dos empregados, acompanhada de cópias da Carteira de Identidade, Carteira de Trabalho, CPF, inclusive nos casos de substituição, dos atestados de antecedentes civil e criminal, em atividade nas dependências do local da prestação dos serviços, mencionando os respectivos endereços residenciais, local de trabalho e comprovação do vínculo empregatício, comunicando qualquer alteração;

**PARÁGRAFO QUADRAGÉSIMO PRIMEIRO** - Usar, na execução dos serviços, profissionais devidamente qualificados;

**PARÁGRAFO QUADRAGÉSIMO SEGUNDO** - Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade, a pontualidade e a disciplina de seu pessoal, bem como as ocorrências havidas, efetuando a reposição de mão-de-obra, em caráter imediato e na eventual ausência, não sendo permitida a prorrogação da jornada de trabalho;

**PARÁGRAFO QUADRAGÉSIMO TERCEIRO** - Manter todos os turnos preenchidos, providenciando a imediata substituição dos empregados, designados para a execução dos serviços, nos casos de afastamento por falta, férias, descanso semanal, licença, demissão e outros da espécie, obedecidas às disposições da Legislação Trabalhista vigente;

**PARÁGRAFO QUADRAGÉSIMO QUARTO** - Arcar com todas as obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias previstas na legislação vigente, assistência médica, odontológica e quaisquer outras em decorrência da sua condição de empregadora, apresentando, mensalmente, ao setor competente da contratante, a comprovação do recolhimento do FGTS, INSS e ISS referentes à força de trabalho alocada às atividades objeto desta licitação, bem como Recibo de Pagamento assinado pelo funcionário, sem o que, não serão liberados os pagamentos das faturas apresentadas à Administração, para liquidação;

**PARÁGRAFO QUADRAGÉSIMO QUINTO** - Responsabilizar-se por quaisquer acidentes que venham a ser vítimas os seus empregados quando em serviço, por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem e demais exigências legais para o exercício da atividade;

**PARÁGRAFO QUADRAGÉSIMO SEXTO** - Assumir total responsabilidade pelo cumprimento das obrigações decorrentes de acidentes, indenizações, multas, seguros, pagamentos a fornecedores diretos, normas de saúde pública e regulamentadoras do trabalho (NR), assim como pelo cumprimento de todas as demais obrigações atinentes ao Contrato;

**PARÁGRAFO QUADRAGÉSIMO SÉTIMO** - Fazer seguro de seus empregados contra risco de acidentes no trabalho, responsabilizando-se, também, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e outros decorrentes de sua condição de empregador, resultantes da execução do contrato, conforme exigência legal;

**PARÁGRAFO QUADRAGÉSIMO OITAVO** - Responder por danos e desaparecimento de bens materiais e avarias que venham a ser causadas por seus empregados ou preposto, a terceiros ou ao próprio local de serviço, desde que fique comprovada a sua responsabilidade;

**PARÁGRAFO QUADRAGÉSIMO NONO** - Prestar esclarecimento ao CONTRATANTE, sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolva, qualquer irregularidade observada em função da prestação dos serviços contratados;

**PARÁGRAFO QUINQUAGÉSIMO** - Entregar mensalmente à fiscalização a escala de trabalho dos empregados, de modo a facilitar a fiscalização do Contrato;

**PARÁGRAFO QUINQUAGÉSIMO PRIMEIRO** - Efetuar a fiscalização diária da frequência de ponto dos empregados, a fim de comprovar o pleno atendimento da escala de serviço, controlando com rigor seus empregados, repondo qualquer ausência por outro profissional de igual nível;

**PARÁGRAFO QUINQUAGÉSIMO SEGUNDO** - Fornecer os documentos relacionados abaixo, quando um empregado deixar de prestar serviço no IPHAN:

I) No caso de empregado transferido para outro tomador de serviços:

- a) Correspondência ao IPHAN informando a data da transferência e a nova localização do empregado;
- b) Devolução do crachá e fornecido; e
- c) Atestado de Saúde Ocupacional de mudança de função, se for o caso.

II) No caso de empregado desligado da empresa:

- a) Cópia do aviso prévio ou do pedido de demissão;
- b) Devolução do crachá fornecido;
- c) Atestado de Saúde Ocupacional Demissional; e
- d) Termo de Rescisão assinado pelo empregado (devidamente homologado, se exigido por Lei).

**PARÁGRAFO QUINQUAGÉSIMO TERCEIRO** - Responsabilizar-se pela não contratação de parentes de servidores ativos e inativos do IPHAN, conforme os princípios constitucionais da moralidade e da impessoalidade na Administração Pública, insitos no Art. 37, caput, da Constituição Federal e entendimento do Tribunal de Contas da União – TCU, proferidos nos Acórdãos 926/2003 e 95/2005.

**PARÁGRAFO QUINQUAGÉSIMO QUARTO** - Responsabilizar-se pelo comportamento dos seus empregados e por quaisquer danos que estes ou seus prepostos venham porventura ocasionar ao IPHAN ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo durante a execução dos serviços, autorizando o IPHAN a abater o valor correspondente dos pagamentos devidos.

**PARÁGRAFO QUINQUAGÉSIMO QUINTO** - Avocar para si os ônus decorrentes de todas as reclamações e/ou ações judiciais ou extrajudiciais, por culpa ou dolo, que possam eventualmente ser alegadas por terceiros, contra o IPHAN, procedentes da prestação dos serviços do objeto deste Termo de Referência.

**PARÁGRAFO QUINQUAGÉSIMO SEXTO** - Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigida na licitação, em conformidade com art. 55, inciso XIII, da Lei 8.666/93, incluindo a atualização de documentos de controle da arrecadação de tributos e contribuições federais e outras legalmente exigíveis.

**PARÁGRAFO QUINQUAGÉSIMO SÉTIMO** - A CONTRATADA não deverá se valer do contrato a ser celebrado para assumir obrigações perante terceiros, dando-o como garantia, nem utilizar os direitos de crédito, a serem auferidos em função dos serviços prestados, em quaisquer operações de desconto bancário, sem prévia autorização do IPHAN.

**PARÁGRAFO QUINQUAGÉSIMO OITAVO** - Atender às solicitações do IPHAN, de acordo com as especificações técnicas, procedimentos de controle administrativo e cronogramas físicos que venham a ser estabelecidos.

**PARÁGRAFO QUINQUAGÉSIMO NONO** - Responsabilizar-se-á a contratada, pela escala de férias, submetendo-a a aprovação da fiscalização designada pela Contratante.

**PARÁGRAFO SEXAGÉSIMO** - Garantir que seus prestadores de serviços:

- a) Somente entrem em áreas reservadas em casos de emergência ou quando devidamente autorizado;
- b) Não entrem e/ou saiam dos prédios nos quais desempenha suas atividades por locais que não aqueles previamente determinados;
- c) Tratem a todas as pessoas com o devido respeito, cortesia e educação;
- d) Tenham o devido zelo com todo o patrimônio colocado à sua disposição para o serviço;
- e) Mantenham sempre vigilância e controle sobre todo material, bens e patrimônio, dentro de sua área de ação, registrando e comunicando, por escrito, qualquer alteração;
- e) Respeitem seus superiores hierárquicos e o representante da Superintendência do IPHAN na Bahia designado para fiscalizar o Contrato, acatando com presteza suas ordens e determinações;
- f) Respeitar o supervisor designado pela empresa, para acompanhamento dos serviços, encaminhando-lhe todas as questões relativas ao vínculo funcional com a empresa à qual pertence;
- g) Dirijam-se às pessoas, na execução dos serviços contratados de forma cortês, polida e educada;
- h) Procurarem em casos de dificuldades, buscar a orientação correta na forma de proceder, junto à sua chefia imediata ou ao representante da Superintendência do IPHAN na Bahia designado para fiscalização do Contrato;
- i) Nunca entrem em atrito ou confronto, de qualquer natureza, com outros funcionários, servidores, buscando em caso de dúvida ou de falta de competência para decidir sobre certas questões, o apoio e orientação de sua chefia, do Gestor do Contrato ou seu substituto eventual, repassando-lhe o problema;
- j) Não participem de grupos de forma que evitem espalhar boatos ou tecer comentários desairosos ou desrespeitosos relativos a outras pessoas;
- l) Levem ao conhecimento da Coordenação Administrativa imediatamente, qualquer informação considerada importante;
- m) Atuem sempre que necessário, em situações emergenciais, utilizando e acionando os meios disponíveis;
- n) Atendam e cumpram as orientações e determinações recebidas dos seus chefes;
- o) Cumpram rigorosamente os horários e escalas de serviço;
- p) Comunicar ao fiscal do contrato as dispensas concedidas por motivo de saúde;
- q) Comuniquem, se possível com antecedência, ao supervisor da empresa, necessidade de faltar ao serviço, decorrente de motivo de saúde ou força-maior;

r) Desenvolvam todas as atividades, inerentes à sua área de responsabilidade, seguindo as orientações e determinações, de acordo com as necessidades do serviço.

**PARÁGRAFO SEXAGÉSIMO PRIMEIRO** - Não alocar familiar de servidor do IPHAN ocupante de cargo em comissão ou função de confiança na execução de serviços deste Contrato, seja dentro ou fora das dependências da Superintendência, ainda que somente com dedicação parcial. É considerado familiar o cônjuge, companheiro ou qualquer parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Decreto nº 7.203, de 4.6.2010, art. 7º).

**PARÁGRAFO SEXAGÉSIMO SEGUNDO** - Entregar a Nota Fiscal mensal no primeiro dia útil de cada mês, juntamente com os demais documentos estabelecidos no item “do pagamento”.

**PARÁGRAFO SEXAGÉSIMO TERCEIRO** - Manter, durante toda a vigência deste Contrato, sede, filial ou representação na cidade de Salvador ou sua Região Metropolitana com vistas a possibilitar o pleno atendimento da administração do Contrato.

a) Caso no momento da assinatura a CONTRATADA não atenda o parágrafo acima, esta deverá apresentar declaração de que se compromete a instalar escritório na cidade de Salvador ou sua Região Metropolitana no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos contado do início da vigência do contrato.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - O pagamento será realizado mensalmente e após a execução e entrega dos serviços a contento.

- a) O pagamento dos serviços executados pela Contratada e aceitos definitivamente pela Administração será efetuado em parcelas mensais, não se admitindo o pagamento antecipado sob qualquer pretexto;
- b) O pagamento dos salários dos empregados não está condicionado ao recebimento da Nota Fiscal/Fatura e deverá ser efetivado, até o 5º (quinto) dia útil, em horário bancário, do mês posterior ao da prestação dos serviços.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Os valores a serem pagos pelo contratante são fixos e irredutíveis durante o período de vigência do contrato ou da ordem de execução.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - O pagamento fica condicionado à apresentação de Nota Fiscal e aprovação dos serviços pela contratante.

**PARÁGRAFO QUARTO** - Os tributos e demais encargos relativos aos serviços prestados pela contratante deverão ser de responsabilidade da mesma e estar incluídos no orçamento apresentado, uma vez que o contratante não se responsabilizará por nenhum pagamento adicional aos previstos no orçamento.

**PARÁGRAFO QUINTO** - O pagamento pelos serviços efetivamente prestados será efetuado em moeda nacional, mediante depósito em conta corrente na agência do banco indicado pela Adjudicatária, até o 5º (quinto) dia útil seguinte ao da apresentação da Nota Fiscal ou documento de cobrança correspondente, devidamente atestado pelo setor competente.

- a) O pagamento de cada parcela será efetuado em nome da Contratada, mediante ordem bancária em conta corrente ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras, até o 5º (quinto) dia útil, em horário bancário, do mês posterior ao da prestação dos serviços, após o recebimento da Nota Fiscal de Serviços/Fatura, devendo estar devidamente atestada por servidor designado para a fiscalização do contrato. A primeira Nota Fiscal de Serviço/Fatura a ser apresentada terá como período de referência o dia de início da prestação dos serviços e o último desse mês;

**PARÁGRAFO SEXTO** - As despesas referentes ao objeto deste Pregão correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento da União, existentes nas dotações do IPHAN, na data dos respectivos empenhos.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** - No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na Nota Fiscal/Fatura, serão os mesmos restituídos à adjudicatária para as correções necessárias, não respondendo a Superintendência do IPHAN na Bahia por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes;

**PARÁGRAFO OITAVO** - As faltas ao serviço, a serem apontadas pelo Fiscal do Contrato, desde que a Contratada não tenha promovido as devidas substituições, serão descontadas das parcelas mensais, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Edital;

**PARÁGRAFO NONO** - A liberação do pagamento ficará condicionada a consulta prévia da situação da empresa no SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, através de consulta online, com resultado favorável;

**PARÁGRAFO DÉCIMO** - O pagamento da Nota Fiscal de Serviço/Fatura está condicionado à apresentação das seguintes comprovações:

- a) do pagamento da remuneração e das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social) correspondentes ao mês da última nota fiscal ou fatura vencida compatível com os empregados vinculados à execução contratual, nominalmente identificados na forma do § 4º do Art. 31 da Lei nº 9.032, de 28 de abril de 1995, quando se tratar de mão-de-obra diretamente envolvida na execução dos serviços na contratação de serviços continuados;
- b) da regularidade fiscal, constatada através de consulta "on-line" ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, ou na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei 8.666/93;
- c) do cumprimento das obrigações trabalhistas, correspondentes à última nota fiscal ou fatura que tenha sido paga pela Administração;

**PARÁGRAFO DÉCIMO-PRIMEIRO** - Na hipótese do atraso do pagamento da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada, provocado exclusivamente pela Coordenação Administrativa da Superintendência do IPHAN, o valor devido será acrescido de atualização financeira, obedecendo à legislação vigente, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$I = (TX/100) \cdot 365 \cdot EM = I \cdot N \cdot VP, \text{ onde:}$$

$$I = \text{Índice de atualização financeira;}$$

$$TX = \text{Percentual da taxa de juros de mora anual;}$$

$$EM = \text{Encargos Moratório;}$$

$$N = \text{Número de dias entre a data prevista para o efetivo pagamento}$$

$$VP = \text{Valor da parcela em atraso.}$$

- a) O CONTRATANTE tem o direito de suspender o pagamento se os serviços forem executados em desacordo com as especificações constantes do Edital e seus Anexos.
- b) Para efeito de pagamento, a Nota Fiscal/Fatura de Serviço deverá ser apresentada em 2 (duas) vias, em nome da Superintendência do IPHAN na Bahia, e dela deverá constar, além da quantidade dos serviços, os números e nomes do Banco e da Agência, e número da conta corrente;
- c) As obrigações pagas com atraso serão atualizadas monetariamente desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, de acordo com a variação da Taxa Referencial "pro rata tempore", ocorrida no período, utilizando-se para cálculo a orientação contida no sub item 8.1.1 da IN/MARE -18/97;
- d) Nenhum pagamento será realizado pela Contratante sem que antes seja procedida prévia e necessária consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, para comprovação de regularidade da licitante Contratada, bem como da comprovação do recolhimento das contribuições sociais (FGTS e Previdência Social) correspondentes ao mês da última competência vencida, compatível com efetivo declarado.
- e) O CONTRATANTE não efetuará nenhum pagamento à CONTRATADA, antes de paga ou relevada a multa que porventura lhe tenha sido aplicada.

## **CLÁUSULA OITAVA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - As despesas decorrentes da contratação, objeto deste Edital, correrão a conta de recursos específicos no Orçamento Geral da União, a cargo dos acordantes que efetivaram o respectivo crédito orçamentário anual, a favor do órgão responsável para fazer face as despesas, objeto desta licitação, Processo Administrativo n.º 01502.002689/2016-94, estão previstos nas seguintes Dotações Orçamentárias:

**UG:** 343007 – IPHAN-BA;

**PTRES:** 110109;

**Fonte de Recursos:** 0100.00.00.00;

**Natureza de Despesa:** 339037;

**PI:** 18M10329IPA

**NOTAS DE EMPENHO n.ºs:**

- 2018NE800038 de 01/02/2018 – Item 1
- 2018NE800039 de 01/02/2018 – Item 2
- 2018NE800040 de 01/02/2018 – Item 3
- 2018NE800041 de 01/02/2018 – Item 4
- 2018NE800042 de 01/02/2018 – Item 5
- 2018NE800043 de 01/02/2018 – Item 6
- 2018NE800044 de 01/02/2018 – Item 7
- 2018NE800045 de 01/02/2018 – Item 8
- 2018NE800046 de 01/02/2018 – Item 9
- 2018NE800047 de 01/02/2018 – Item 10
- 2018NE800048 de 01/02/2018 – Item 11

## **CLÁUSULA NONA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada por servidor designado por esta Superintendência na condição de Fiscal do Contrato, nos termos do art. 67, caput e §1º, da Lei n.º 8.666/93, o qual deverá:

- a) Manter registro de aditivos;
- b) Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade e verificar o cumprimento integral da execução dos serviços;
- c) Encaminhar às autoridades competentes eventuais pedidos de modificação contratual;
- d) Manter registro de ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando todas as ações necessárias para a regularização das faltas ou defeitos;
- e) Receber e atestar os documentos da despesa, quando comprovado o fiel e correto fornecimento dos serviços para fins de pagamento;
- f) Comunicar, formalmente, irregularidades cometidas passíveis de penalidades, bem como efetuar as glosas na Nota Fiscal;
- g) Comunicar, por escrito, as deficiências porventura verificadas no fornecimento, para imediata correção, sem prejuízo das sanções, glosas cabíveis.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Esta Superintendência poderá rejeitar, no todo ou em parte, os serviços prestados, se em desacordo com o Contrato.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - A presença da fiscalização do Contratante não elide nem diminui a responsabilidade da empresa.

**PARÁGRAFO QUARTO** - Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto do Contrato, deverão ser prontamente atendidas pela Adjudicatária, sem ônus para esta Superintendência, da mesma forma, a Adjudicatária deverá indicar um preposto para, se aceito pela Administração, representá-la na execução do Contrato.

## **CLÁUSULA DÉCIMA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

Este Contrato poderá ser alterado nas hipóteses previstas no art. 65, da Lei n.º 8.666/93 e da Orientação Normativa n.º 01-SEAP/MOG, de 25 de junho de 1999, desde que a justificativa seja apreciada pela Coordenação Administrativa da Superintendência do IPHAN na Bahia.

## **CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**



Poderá acrescentar ou suprimir até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, mantidas as mesmas condições estipuladas, sem que caiba à CONTRATADA qualquer recusa ou reclamação.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - É facultada a supressão além do limite acima estabelecido, mediante acordo entre as partes.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA SEGUNDA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

- I - inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- II - ensejar o retardamento da execução do objeto;
- III - falhar ou fraudar na execução do contrato;
- IV - comportar-se de modo inidôneo; ou
- V - cometer fraude fiscal.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Comete falta grave, podendo ensejar a rescisão unilateral da avença, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária e do impedimento para licitar e contratar com a União, nos termos do art. 7º da Lei 10.520, de 2002, aquele que:

- I - não promover o recolhimento das contribuições relativas ao FGTS e à Previdência Social exigíveis até o momento da apresentação da fatura;
- II - deixar de realizar pagamento do salário, do vale-transporte e do auxílio alimentação no dia fixado.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Pela inexecução **total ou parcial** do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

**I - Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

**II - Multa de:**

- a) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- b) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
- c) 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
- d) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo;
- e) 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

**III** - Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

**IV** - As sanções de advertência e de impedimento de licitar e contratar com a União poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

**V** - As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

**Tabela 1**

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

**Tabela 2**

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
<b>Para os itens a seguir, deixar de:</b>		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01

7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

I - A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o direito do contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

II - A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade e da razoabilidade.

III - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA GARANTIA CONTRATUAL**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Como garantia integral de todas as obrigações assumidas, a empresa vencedora prestará a garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato, ou seja, **R\$ 58.048,52 (cinquenta e oito mil, quarenta e oito reais, cinquenta e dois mil)**, conforme o disposto no art. 56, §1º, da Lei nº 8.666/93. Essa garantia poderá ser prestada em uma das seguintes modalidades:

I - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

II - seguro-garantia;

III - fiança bancária.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Se o valor da garantia for utilizado em pagamento de qualquer obrigação, a Adjudicatária obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data em que for notificada pela Superintendência do IPHAN na Bahia.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** A garantia somente será restituída à Contratada após o integral cumprimento das obrigações contratuais;

**PARÁGRAFO QUARTO:** Se a garantia a ser apresentada for em títulos da dívida pública, deverá ser emitida sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DESCRIÇÃO DAS TAREFAS PRINCIPAIS POR POSTO**

##### **PARÁGRAFO PRIMEIRO - Item 1 – Assistente Administrativo Financeiro III:**

- a) Compreender serviços de operação em computadores;
- b) Acessar e utilizar os programas em sistemas corporativos;
- c) Redigir e digitar memorandos, ofícios e comunicados;
- d) Incorporar e numerar documentos para fins de compor processos administrativos;
- e) Apoiar às demais atividades de rotina administrativa.
- f) Redigir emails e documentos seguindo a norma culta da língua portuguesa;
- g) Operar o SEI – Sistema Eletrônico de Informações.

##### **PARÁGRAFO SEGUNDO - Item 2 – Assistente Operacional Administrativo II:**

- a) Prestar assistência nos processos da área administrativa, financeira, tecnológica e humanos;
- b) Elaborar relatórios de acompanhamento das atividades executadas na Superintendência e nos Escritórios Técnicos;
- c) Participar do planejamento, organização e controle de fluxos de trabalhos nas atividades que tem um cunho de natureza administrativa e multifuncional sendo executados no interior da instituição e no ambiente externo.
- d) Prestar apoio técnico-administrativo em atividades relacionadas à organização e execução de tarefas que envolvam função de suporte administrativo;
- e) Controlar o recebimento, conferência e distribuição dos processos administrativos;
- f) Controlar a distribuição interna de documentos;
- g) Elaborar relatórios estatísticos;
- h) Organizar e manter cadastros atualizados;

- i) Exercer outras atividades de mesma natureza e grau de complexidade, que lhes sejam atribuídas pela Coordenação Administrativa.
- j) Operar o SEI – Sistema Eletrônico de Informações.

**PARÁGRAFO TERCEIRO - Item 3 – Agente de Apoio e Serviços:**

- a) Realizar serviços externos de entrega e coleta de documentos, comprar pequenos materiais, realizar movimentações bancárias tais como depósitos, despacho de correspondências nas agências da Correios etc.;
- b) Realizar serviços internos de distribuição de correspondências e distribuição de documentos;
- c) Operar o SEI – Sistema Eletrônico de Informações.

**PARÁGRAFO QUARTO - Itens 4 e 5 – Assistentes Operacionais:**

- a) Redigir e revisar documentação e correspondências expedidas e recebidas pelo gabinete da Superintendência;
- b) Identificar, selecionar e assessorar a distribuição de documentos e processos, e encaminha-los para as áreas específicas;
- c) Identificar, assessor e encaminhar processos e documentos para as demais instituições;
- d) Organizar documentos que tramitam no Gabinete e auxiliar diretamente o Superintendente.
- e) Redigir emails, textos e documentos seguindo a norma culta da língua portuguesa.
- f) Operar o SEI – Sistema Eletrônico de Informações.

**PARÁGRAFO QUINTO - Item 6 – Copeira:**

- a) Realizar serviços de preparação e distribuição de café, chá e água em garrafas térmicas apropriadas, aos funcionários/servidores e aos visitantes do IPHAN/Ba, durante o horário de expediente e em reuniões, eventos ou sempre que solicitado. Na preparação do café, as copas deverão permanecer limpas, principalmente o piso, no sentido de evitar acidentes;
- b) Todos os talheres, copos, pratos, xícaras e demais utensílios da cozinha deverão ser lavados diariamente, com detergente biodegradável a ser fornecido pela contratante;
- c) Durante a realização de eventos servir os lanches determinados pela Administração;
- d) Atender a qualquer outro serviço de copa sempre que solicitado;
- e) Recolher utensílios e equipamentos utilizados, promovendo a limpeza, higienização e conservação da copa e da cozinha.

**PARÁGRAFO SEXTO - Itens 7, 8, 9, 10 e 11 – Motoristas:**

- a) Conduzir os veículos oficiais do IPHAN transportando pessoas, materiais ou equipamentos tanto na Sede da Superintendência na Bahia localizada na capital quanto nos Escritórios Técnicos e demais cidades em que a autarquia possua poderes para intervenções previstas em legislação, localizados no interior do Estado;
- b) Zelar e informar imediatamente ao responsável pela manutenção dos veículos oficiais quando ao estado de conservação do veículo e qualquer necessidade de manutenção veicular;
- c) Verificar sempre as condições gerais de uso do veículo antes de utilizá-lo;
- d) Efetuar o abastecimento dos veículos com responsabilidade, seguindo as orientações da contratada e em casos de emergência realizar pequenos reparos no veículo;
- e) Orientar e auxiliar nas tarefas de carga e descarga de veículos, observando a execução dos serviços a fim de evitar danos, especialmente quando se tratar de acervos.
- f) Quando solicitado, transportar e entregar documentos oficiais do órgão em locais predeterminados.
- g) Obedecer rigorosamente as normas e legislação de trânsito.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA RESCISÃO**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993. O termo de rescisão, sempre que possível, deverá indicar: Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos; Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos; Indenizações e multas.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA REPACTUAÇÃO**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - O contrato poderá ser repactuado, observado o interregno mínimo de um ano, a contar da data da proposta, ou da data do orçamento a que a proposta se referir, ou, ainda da data da última repactuação, visando à adequação aos novos preços de mercado e a demonstração analítica da variação dos

componentes de custos do Contrato, devidamente justificada, de conformidade com o Decreto nº. 2.271, de 07.07.97, ou outros dispositivos legais que venham a ser editados pelo Poder Público, em complementação ou substituição à mencionada norma;

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Será adotada como data do orçamento a que a proposta se referir, a data do Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalente, vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de antecipações e de benefícios não previstos.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - O prazo dentro do qual poderá o contratado exercer, perante a Administração, seu direito à repactuação contratual, qual seja, da data da homologação da Convenção ou Acordo Coletivo que fixar o novo salário normativo da categoria profissional abrangida pelo contrato administrativo a ser repactuado até a data da prorrogação contratual subsequente, sendo que se não o fizer de forma tempestiva e, por via de consequência, prorrogar o contrato sem pleitear a respectiva repactuação, ocorrerá a preclusão do seu direito a repactuar;

**PARÁGRAFO QUARTO** - A data de referência que servirá para a contagem do interregno de 1 (um) ano para a primeira repactuação, data esta que, em regra, será a data base da categoria envolvida (IN ° 3, de 16/10/2009).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS DESLOCAMENTOS**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Justificados o interesse e a necessidade da Superintendência na Bahia, os prestadores de serviços poderão deslocar-se para outros municípios.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - O prestador de serviço que se deslocar em viagens para qualquer outro município fora da sede da Superintendência na Bahia, fará jus a custos com deslocamentos para o custeio das despesas com hospedagem e alimentação.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Quando houver necessidade de viagem, a Contratante comunicará à contratada com antecedência mediante o preenchimento documentação formal, no qual serão especificados: a numeração sequencial, o destino, o motivo da viagem, especificações dos serviços que serão realizados, a quantidade de pernoites e refeições necessárias, os respectivos valores para cada deslocamento, a identificação dos responsáveis pela solicitação e a relação nominal dos usuários do transporte.

**PARÁGRAFO QUARTO** - Além da nota fiscal mensal, a Contratada, no caso de haver deslocamento dos funcionários a serviço no mês anterior, deverá emitir um RECIBO juntamente com a nota fiscal mensal, que contemple o valor total dos deslocamentos realizados pelos prestadores de serviço no exercício de suas atribuições.

**PARÁGRAFO QUINTO** - A Contratada efetuará o pagamento das diárias diretamente ao prestador dos serviços, conforme valor constante na documentação específica, acordada com a contratante, para fazer face às despesas com estadia e alimentação, denominados como pernoites e refeições.

**PARÁGRAFO SEXTO** - O valor unitário para os deslocamentos corresponde a:

A) Para os postos de MOTORISTA: será de acordo com o fixado na Cláusula Trigésima Sexta da Convenção Coletiva de Trabalho celebrada entre o STTROBA – Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários no Estado da Bahia e o SINFRETUR – Sindicato das Empresas de Transporte de Fretamento e Turismo do Estado da Bahia (2016/2017), conforme valores de deslocamentos a seguir:

Posto	Situação Prevista	Quant.(A)	Valor Unit. (B)	Valor estimado total (A x B)
Motorista	I - <b>0,5 (meia diária)</b>	1.700	<b>R\$ 89,45</b>	R\$ 152.065,00
	II - <b>1,0 (uma diária)</b>	1.400	<b>R\$ 178,90</b>	R\$ 250.460,00
Total:				R\$ 402.525,00

A.1) A quantidade anual de deslocamentos estimadas acima trata-se de uma estimativa.

B) Para os postos de APOIO ADMINISTRATIVO: será de acordo com o fixado no subitem 7.6.1 em função da falta de previsão de deslocamento/diária na Convenção Coletiva de Trabalho SEAC/SINDILIMP.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** - O valor total dos deslocamentos NÃO deve ser somado ao valor total da Planilha de Custo e Formação de Preços, ou seja, NÃO DEVE COMPOR A REFERIDA PLANILHA.

**PARÁGRAFO OITAVO** - A previsão é anual, referindo-se ao período de duração do Contrato. O quantitativo poderá ser ampliado ao longo da execução do Contrato caso este não seja suficiente para o atendimento da demanda da Unidade, mediante acréscimo de até 25% do valor inicial da planilha do subitem 7.6.1 “a”, nos termos do § 1º do art. 65 da Lei 8.666/1993.

**PARÁGRAFO NONO** - O pagamento discriminado no quadro acima ensejará o desconto no valor total dos pernoites e refeições, do montante referente ao Auxílio Alimentação e ao Auxílio Transporte correspondente aos dias de deslocamento, conforme previsto na legislação trabalhista;

**PARÁGRAFO DÉCIMO** - O controle da expedição da ORDEM DE SERVIÇO se dará da seguinte forma:

- a) O controle acima mencionado será exercido de forma efetiva, independente e com rigor, pela Coordenação Administrativa da Superintendência na Bahia e pela Contratada;
- b) A ORDEM DE SERVIÇO será emitida pela Coordenação Administrativa da Superintendência na Bahia e somente será válida após autorização do Superintendente;

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO** - O número de deslocamentos com os respectivos registros de ocorrências será lançado em um mapa mensal de deslocamentos, onde deverão constar os seguintes dados informativos: o nome do motorista, o local, a quantidade de dias e o código da situação do deslocamento.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO** - Para efeito de controle e auditoria, o mapa deverá ser instruído via Ofício emitido pela autoridade competente;

**PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO** - A Contratada enviará mensalmente, junto com a Nota Fiscal/Fatura mensal, a relação e a quantidade de deslocamentos solicitados pela Coordenação Administrativa da Superintendência na Bahia durante o mês. O quantitativo de deslocamentos será conferido pela Administração e descontado do total previsto no Item 7.6.1.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO** - O pagamento dos deslocamentos não poderá ultrapassar 50% (cinquenta por cento) do salário percebido pelo empregado, evitando que tenha reflexos em custos não previstos como despesas contratuais.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO**

Os empregados e prepostos da CONTRATADA não terão qualquer vínculo empregatício com a CONTRATANTE.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA - RESPONSABILIDADE CIVIL**

A CONTRATADA responderá por quaisquer danos ou prejuízos pessoais ou materiais que seus empregados ou preposto, em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, venham a causar aos bens da CONTRATANTE em decorrência da prestação dos serviços, incluindo-se, também, os danos materiais ou pessoais a terceiros, a que título for.

Subcláusula Única - A CONTRATANTE estipulará prazo à CONTRATADA para reparação de danos porventura causados.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA - ÔNUS E ENCARGOS**

Todos os ônus ou encargos referentes à execução deste Contrato, que se destinem à realização dos serviços, a locomoção de pessoal, seguros de acidentes, impostos, taxas, contribuições previdenciárias, encargos trabalhistas e outros que forem devidos em razão dos serviços, ficarão totalmente a cargo da CONTRATADA.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR**

Fazem parte integrante deste Contrato, como se nele transcritos estivessem, o Edital de Pregão, Termo de Referência, Planilha de Custos e Formação de Preços, a proposta da CONTRATADA e demais documentos que instruem o Processo Administrativo, desde que não conflituem com as disposições aqui estabelecidas.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO**

A CONTRATANTE fará publicar o presente contrato, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo legal previsto no art. 26 da Lei n.º 8.666/93, correndo as despesas para tanto necessárias por sua conta, o mesmo ocorrendo no caso de aditamento.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DO FORO**

Fica eleito o foro da Justiça Federal da cidade de Salvador-Ba, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões oriundas do presente instrumento contratual.

E assim, por estarem as partes de acordo e ajustadas e após lido e achado conforme, firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Salvador/Ba, 01 de Fevereiro de 2018.

\_\_\_\_\_  
**Bruno Cesar Sampaio Tavares**

CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
**Ellen Rubia Pereira de Oliveira**

CONTRATADA

**TESTEMUNHAS:**

Nome: **Iabi Bandeira Macedo**

Matrícula SIAPE: 2123277

Nome: **Alonso Gonçalves de Oliveira Júnior**

CPF: 845.844.592-15



Documento assinado eletronicamente por **Iabi Bandeira Macedo**, Técnico, em 01/02/2018, às 16:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Documento assinado eletronicamente por **ELLEN RUBIA PEREIRA DE OLIVEIRA**, Usuário Externo, em 01/02/2018, às 16:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ALONSO GONÇALVES DE OLIVEIRA JUNIOR**, Usuário Externo, em 01/02/2018, às 16:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Cesar Sampaio Tavares**, Superintendente do IPHAN-BA, em 02/02/2018, às 12:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.iphan.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0278029** e o código CRC **3B229B56**.